



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLAS DO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MARABÁ-PA

Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo¹
Katia Regina Moreno Caiado²

Comunicação Oral

Eixo Temático: Educação Especial na Educação do Campo

RESUMO

Este trabalho analisa a interface entre a Educação do Campo e a Educação Especial, no contexto da Amazônia Paraense. Buscou conhecer essa relação em escolas do campo de distritos rurais de Marabá, e a oferta da educação especial nesse contexto. A pesquisa fundamentou-se numa perspectiva dialética em que foram integrados dados quantitativos e qualitativos, considerados articulados e inseparáveis na construção do objeto do estudo. Foram realizadas entrevistas com gestoras da Educação Especial e da Educação do Campo, do Sistema Municipal de Ensino. Assim como explorou-se dados oficiais do INEP sobre as matrículas de alunos com deficiência nos distritos rurais de Marabá. O estudo evidenciou que há a interface entre a educação especial e a educação do campo nas diretrizes políticas e iniciativas práticas que sinalizam diálogos entre essas coordenações; contudo, os serviços educacionais especializados ainda são restritos nas escolas do campo, o trabalho pedagógico é precarizado, dado o hiato entre o texto legal e sua implementação nas realidades das escolas do campo. Conclui-se que há oferta da Educação Especial em escolas do campo, mas que ainda é incipiente para atender toda a demanda existente é necessário propor políticas de expansão dos serviços especializados com a identidade do campo. Investir em propostas de formação continuada de professores que tematizem essa interface.

Palavras-Chave: Educação especial; Educação do campo; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo e a Educação Especial apresentam singularidades, mas sua interface ganha relevância ao se considerar a

¹ Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Mestra e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. e-mail: luceliaccr14@gmail.com

² Professora Dra. da Universidade Federal de São Carlos no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. E-mail: caiado.katia@ufscar.br



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

necessidade premente de superação das condições de exclusão históricas imputadas às populações do campo e às pessoas com deficiência nas políticas públicas nacionais. Estudos que analisam a interface entre as duas áreas revelam que há uma dupla exclusão aos alunos da educação especial que vivem no campo (CAIADO; MELETTI, 2011; OLIVEIRA, et al. 2011). Caiado e Meletti (2011, p.102) afirmam que “Na ausência de políticas públicas para a população do campo, seja em educação, saúde, transporte, moradia e trabalho, revela-se o impedimento de pessoas com deficiência viverem com dignidade e participarem da vida social”.

A desigualdade social no país é histórica e atual. Movimentos sociais organizados de luta pelos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade têm uma longa história de resistência e enfrentamento ao modelo econômico e político implantado no país. Os conflitos no campo permanecem em intensa luta, com o avanço do agronegócio. Dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que as propriedades com até dez hectares ocupam 2,7% das terras destinadas à agropecuária, enquanto as fazendas com mais de mil hectares ficam com 43% da área total (BRASIL, 2012). Dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que a população com deficiência maior de 10 anos com algum tipo de trabalho, 46,4% ganha no máximo um salário mínimo (OLIVEIRA, 2012).

A presença de pessoas com deficiência no campo se revela pelos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Somos 190.755.799 brasileiros; deste total, 15,63% vivem no campo. Ao tratar das pessoas com deficiência permanente (visual, auditiva, motora, mental/ intelectual)³ o IBGE (BRASIL, 2010) mostra que no Brasil há um total de 15.750.969 indivíduos. Na interface entre educação especial e educação do campo, os dados revelam que 16,28% das pessoas com deficiência viviam no campo, o que corresponde a 8,59% da população total do campo.

³ Conforme o IBGE, com a autodeclaração as pessoas afirmavam ter as seguintes características: não conseguem de modo algum ou têm grande dificuldade na capacidade visual, auditiva, motora, mental/ intelectual.



12 a 14
DE NOVEMBRO
2015

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

A Educação do Campo é destinada aos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a) garante que:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008a, p.17).

Outro documento importante sobre a interface é a resolução 2/2008 (BRASIL, 2008b) que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, reafirma:

§ 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular (BRASIL, 2008b, p.1).

Se a legislação já avança na interface, a produção do conhecimento ainda é tímida. Em um levantamento realizado nos textos apresentados nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), no período de 1993 a 2010, em todos os grupos de trabalho - GT - revelou um único trabalho apresentado no GT3 - Movimentos Sociais e Educação (CAIADO, MELETTI 2011). Alguns grupos de pesquisa certificados pelo CNPq, em diferentes regiões do país têm divulgado trabalhos na interface. No contexto da Amazônia paraense, há pesquisas nas duas áreas, educação do campo e educação especial, mas poucos são os estudos entre a interface, o que provoca uma invisibilidade sobre as reais condições de escolarização do aluno da Educação Especial que mora e estuda no campo.

Educação Especial em escolas do campo: cenários na Amazônia Paraense

Dentro do atual cenário da região Norte, o estado do Pará tem extensão de 1.248.042,515 km², dividido em 144 municípios. O estado mais populoso da



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

região com 7.321.493 habitantes, 68% na área urbana e 31,5% na área rural. Apesar desta disparidade, o índice populacional no campo é elevado e o estado apresenta características de um perfil agrário, onde se concentram populações camponesas, indígenas e quilombolas.

Ao considerarmos o Índice Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Pará nos últimos 10 anos, identifica-se uma queda de 0,748 em 2003 para IDH-M de 0,646 em 2013, entre os indicadores longevidade, educação e renda, evidencia-se os impactos nefastos do recrudescimento das desigualdades sociais tanto no campo como na cidade. No campo, historicamente, a distribuição desigual de terras desencadeou conflitos que envolvem a violação de direitos das populações do campo que vivem em condição de exclusão, contra a qual lutam de forma organizada em movimentos sociais (BRASIL, 2013).

A concentração populacional paraense no campo é significativa, contudo, permanecem escassos os serviços básicos: saneamento básico, transportes, estradas, saúde e educação permanecem em situação de precariedade, o que provoca a reflexão sobre a possibilidade de dois fenômenos: o “êxodo rural”, na busca de melhores condições de vida na cidade, e outro, práticas de resistência entre grupos populares do campo, de se fixarem no campo e lutar por melhores condições de vida, incluindo-se aqui o movimento por uma Educação no e do Campo.

Os estudos coordenados por Hage (2005) no Pará revelam a precária infraestrutura das escolas, as dificuldades dos professores quanto às condições de trabalho, os problemas com o fornecimento e a qualidade da merenda escolar, com o transporte e as longas distâncias entre escola e moradia, difícil acesso, instalação de muitas escolas para poucos alunos em regime multisérie.

Hage (2006) conceitua a multissérie como sendo turmas que “reúnem estudantes de várias séries na mesma sala de aula com apenas uma professora”, esta ministra todas as disciplinas curriculares para todas as turmas ao mesmo tempo, utilizando o mesmo quadro de giz. Essa situação se agrava



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

quando esta profissional acumula outras funções: de merendeira, secretária e diretora da escola.

É relevante compreender essa dinâmica da multisserie nas escolas do campo no estado do Pará, tal como descreve Freire (2005, p.198):

O crescimento de 3,4% de classes multisseriadas no período de 1984 a 1997 no Brasil totalizando 124.990 classes é uma das facetas que expressa a envergadura do desafio educacional no meio rural no país. O cenário dessas classes na região amazônica evidencia mais ainda o desafio: a região Norte dispõe de 22.936 classes multisseriadas e o Estado do Pará contempla mais de 50% dessas classes, totalizando 11.882 turmas que aglutinam prioritariamente as séries iniciais do ensino fundamental, e abrangem 141 dos 143 municípios do Estado [...].

São precárias as condições de funcionamento das escolas do campo no Pará, pois inexistente saneamento básico, há energia em poucas comunidades, preponderando os casos com o uso de geradores a óleo ou bateria; os transportes quando existem, estão sempre em péssimas condições, sendo agravada essa situação com estradas de difícil acesso, assim como o transporte por vias marítimas são repletas de desafios e limitações (CORREA, 2008).

A cidade de Marabá-PA, foco deste estudo é considerado um dos principais municípios paraense, funcionando como município polo na região sul e sudeste do estado, no ano de 2012, havia onze distritos rurais vinculados à administração política de Marabá, e segundo informações da Secretaria Municipal de Educação – SEMED⁴, as escolas municipais atendem cerca de 20.000 alunos do campo e desse total foram identificados 43 alunos considerados público-alvo da educação especial, com a oferta de atendimento educacional especializado em duas escolas do campo.

Essa realidade identificada traz implicações diretas na oferta do atendimento educacional especializado, que possivelmente, não chega a todas as comunidades. E considerando que a atual política de educação especial, prever a oferta desses serviços restritamente em salas de recursos

⁴ Consulta realizada em março de 2012 pelas pesquisadoras aos Departamentos de Educação Especial e Educação do Campo da SEMED – Marabá.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

multifuncionais (BRASIL, 2008; 2011), não há modelos alternativos sendo implementados para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos, o que se agrava nas escolas do campo.

As demandas para a Educação do Campo na região sul e sudeste do Pará são diversificadas, e algumas conquistas já foram efetivadas por meio da luta dos movimentos sociais em parcerias com instituições, entidades e Organizações governamentais e não governamentais. Mas é notório que nos debates, eventos e produções na área da Educação do Campo e na área da Educação Especial que ocorrem no estado⁵, impera o silêncio da interface entre estas duas áreas.

A oferta da educação especial nas escolas do campo também deve ser bandeira de luta do movimento pela Educação do Campo, no contexto das lutas por políticas públicas que assegurem às populações do campo uma educação “com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p.18).

Para que as escolas do campo possam contemplar também as singularidades dos alunos da educação especial que vivem e estudam no campo, é premente sua visibilidade nas políticas públicas. Eles têm direito a um ensino articulado com a realidade e as necessidades do campo; assim como, têm direito aos recursos de apoio do atendimento educacional especializado. Portanto, é necessário criar um tipo de escola que resiste a práticas de exclusão, tal como descreve Merieu (2005):

O projeto de sociedade defendido pelo movimento da educação do campo afirma o direito de todos os alunos terem acesso aos conhecimentos, saberes e valores produzidos pelos homens que vivem no campo e na cidade. Este projeto que visa a superação das desigualdades e exploração da sociedade capitalista e que tem afetado duplamente os alunos que apresentam algum tipo de deficiência como tem nos

⁵ Eventos científicos promovidos pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ) criado em 2002 pelo Instituto de Educação da UFPA, em seu Programa de Pós-Graduação em Educação e coordenado pelo prof. Dr. Salomão Mufarrej Hage; Jornadas e Seminários sobre educação especial e inclusiva – Campus de Marabá/UFPA; Fórum Paraense de Educação do Campo, nos quais tem se evidenciado um silêncio acerca do debate sobre a interface da Educação do Campo e Educação Especial.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

mostrado estudos sobre a temática (CAIADO; GONÇALVES, 2013; FERNANDES, 2012; CAIADO MELETTI, 2011).

Método

No estudo foram articulados dados quantitativos e qualitativos nas análises sobre como a Educação Especial estava sendo ofertada em escolas do campo de distritos rurais de Marabá-PA. Pois tal como explicita Ferraro (2012, p.144):

Nessa perspectiva dialética, simplesmente não há quantidade sem qualidade, nem qualidade sem quantidade, a unidade entre essas duas dimensões do real está em sua inseparabilidade ou exigência recíproca, não em qualquer identidade imaginária entre ambas.

Procedimentos

Realizamos entrevistas com questionário e roteiro semiestruturado. Utilizamos os dados de matrículas da educação básica no estado do Pará em escolas do campo, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação, por meio dos Censos Escolares de 2008 a 2012.

Participantes do estudo

Participaram deste estudo duas gestoras, uma do Departamento de Educação do Campo (Gestora EC) e a outra do Departamento de Educação Especial (Gestora EE).

Local da pesquisa

A cidade de Marabá fica no sudeste do Pará com aproximadamente 251.885 mil habitantes (IBGE-2013⁶). Na rede municipal de ensino, a educação especial se organiza seguindo as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), com a oferta do ensino comum e atendimento educacional especializado. Esse atendimento

⁶ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150420>



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

ocorre em salas de recursos multifuncionais de escolas públicas e em uma instituição especializada privada e filantrópica, Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE), que recebe apoio financeiro do governo municipal e cessão de funcionários públicos para atuarem na instituição.

Marabá tem oito distritos rurais, com escolas do campo vinculadas ao sistema público municipal de ensino. Em 2012, havia 602 turmas divididas em 133 escolas, sendo 225 turmas de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental e 177 turmas dos anos finais do ensino fundamental, daquele total 123 eram multisseriadas, 20,43%. Em 2012, para atender os 43 alunos da educação especial, matriculados nas escolas do campo, havia duas salas de recursos multifuncionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar os dados da pesquisa foram utilizados cinco eixos temáticos: a interface entre a educação do campo e educação especial; matrículas e perfil dos alunos da educação especial; acessibilidade nas escolas do campo e condições de escolarização; atendimento educacional especializado e o apoio à inclusão escolar; formação de professores e práticas pedagógicas inclusivas nas escolas do campo.

A **interface entre a educação do campo e educação especial** está presente nas legislações e documentos oficiais sobre as duas áreas, contudo, este estudo reiterou a situação apontada em outros estudos (CAIADO; MELETTI, 2011) que persiste um hiato entre a proposição legal e as realidades das escolas brasileiras.

No sistema municipal de ensino pesquisado, as gestoras das duas áreas revelaram que a necessidade de diálogo existe, mas reconhecem que poucas iniciativas nesse sentido têm sido realizadas.

Com este estudo, identificou-se que apenas o Departamento de Educação Especial havia sistematizado uma proposta em 2002 com orientações

12 a 14
DE NOVEMBRO
2015

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

gerais para o trabalho pedagógico de professores e alunos da cidade e do campo. Referindo-se ao conteúdo desta proposta a gestora EC afirmou apenas que o documento “traz as competências a serem desenvolvidas com alunos portadores de necessidades educacionais especiais”.

O diálogo entre a educação do campo e a educação especial tem como premissa o reconhecimento das singularidades das populações do campo, incluindo aqui as pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o que significa compreender que o direito à educação especial em escolas do campo, necessita ser efetivado, com a promoção de algumas condições básicas: oferta do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, formação de professores na área, transporte escolar adaptado, espaço escolar acessível, equipamentos e recursos para atender as demandas educacionais específicas dos alunos da educação especial.

Em relação ao **perfil dos alunos da educação especial e às matrículas**, identificou-se que existem alunos com deficiências diversificadas residindo e frequentando a escola no campo, com uma concentração nos primeiros anos escolares do ensino fundamental.

Nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação a respeito das matrículas de alunos público-alvo da educação especial, temos divergências quando comparamos com os dados do INEP do ano de 2012,

Quadro 1: Dados de Matrículas de alunos por nível de ensino e por NEE

Etapa de Ensino	Total com NEE	Total com DV	Total com Def. Auditiva	Def. Física	Def. Mental
Educação Infantil	3	0	0	1	2
Ensino Fundamental I	75	17	7	5	46
Ensino fundamental II	21	9	1	4	7

12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

EJA	2	0	0	0	2
TOTAL	101	26	8	10	57

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados 2012.

Os perfis desses alunos do campo com deficiência visual, auditiva, intelectual e física, vêm requerer uma série de modificações na escola, na prática dos professores, dos demais profissionais da educação e especialmente, que se garanta a efetividade do direito a educação.

Quanto à condição de **acessibilidade nas escolas do campo e condições de escolarização**, o estudo mostrou que as escolas do campo dos distritos rurais de Marabá não possuem adaptações físicas e arquitetônicas apropriadas, portanto, não são acessíveis, a despeito de haver vários alunos com deficiência frequentando as escolas.

Com as declarações das gestoras, foi possível observar que as mesmas têm clareza sobre o que seria necessário para atender os alunos com deficiência e transtornos nas escolas do campo, mencionaram: rampas de acesso, banheiros adaptados, intérprete de Libras, apoio técnico especializado para estes alunos, salas de recursos, professor itinerante e transporte adaptado. Essa constatação é um componente importante para orientar a previsão de adaptações necessárias às escolas do campo.

A respeito das condições físicas e de funcionamento das escolas do campo, a gestora EC descreveu:

As escolas do campo na sua maioria são construídas de alvenaria com no mínimo duas salas de aulas, cozinha, banheiro, despensa e secretarias [...]

A merenda escolar a Secretaria de Educação tem um departamento que gerencia a entrega da merenda nas escolas do campo

Quanto ao material escolar, as escolas que possuem conselho escolar são responsáveis pela compra do material onde os membros das escolas se reúnem para decidir quais materiais são necessários para um bom desenvolvimento das atividades. As outras que não possuem



12 a 14
DE NOVEMBRO
2015

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

conselho escolar devido ao baixo número de alunos, a secretaria administra o dinheiro fazendo a compra dos materiais [...]

Um dos grandes desafios no campo tem sido o deslocamento diário para as escolas, devido à distância das escolas, e muitos dependem do transporte escolar da zona rural que é descrito pela gestora EC da seguinte maneira:

O transporte escolar é precário e atende apenas a algumas comunidades. E onde esse atendimento é ofertado, não ocorre com qualidade por falta de veículos adequados e a má conservação dos mesmos e as estradas serem intrafegáveis (Gestores EC).

Associando às problemáticas históricas que afetam as escolas do campo, já debatidas neste texto, acrescemos a preocupação com os alunos com deficiência, transtorno global e altas habilidades e superdotação que frequentam as escolas do campo. Cabe aos governos cumprirem com diretrizes legais básicas a esses alunos: desde a oferta de um ensino inclusivo, sem discriminações, ao longo da vida (BRASIL, 2011).

Sobre o **atendimento educacional especializado e o apoio à inclusão escolar**, a educação especial era ofertada nas escolas do campo, em duas salas de recursos multifuncionais pelo atendimento educacional especializado. É possível que as distâncias entre localidades, tenham provocado prejuízos na frequência dos alunos nas salas de recursos multifuncionais. Por outro lado, não havia outras formas de serviços especializados ofertadas a esses alunos que moravam e estudavam no campo.

O atendimento educacional especializado era ofertado na sala de recurso multifuncional com a atuação de uma professora por escola. Essas professoras realizavam diagnósticos para identificar o nível de aprendizado dos alunos da educação especial e construía um plano para cada aluno, conforme suas necessidades educacionais específicas. Na prática pedagógica faziam intervenções específicas com uso de jogos pedagógicos, atividades complementares e uso de recursos tecnológicos disponibilizados pelo Ministério



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

da Educação/MEC por meio de seu Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2008).

No que se refere aos recursos pedagógicos disponíveis nas escolas do campo, não eram adaptados às especificidades das necessidades educacionais dos alunos público-alvo da educação especial, constituindo-se uma problemática que interferia no acesso ao conhecimento.

Marcoccia (2010, p.3) traz uma crítica pertinente sobre essa questão e assevera que a existência dos dispositivos legais, “não garantem o direito real dos estudantes do campo com NEE ao acesso e permanência nas escolas públicas. Na prática, muito pouco se tem visto do desenvolvimento dessas políticas, da implementação dessas diretrizes e das ações para garantir esse direito”.

A respeito da **formação de professores** que atuam nas escolas do campo, identificou-se que a maioria tem nível superior em Pedagogia, e um percentual menor está cursando Pedagogia ou outras licenciaturas em instituições de ensino superior de Marabá.

No caso de Marabá, não havia formação continuada específica na área de Educação Especial para professores do campo que atuam no ensino comum, segundo as gestoras EC e EE. Contudo, foi informado que houve no ano de 2012 pelo menos uma formação sobre o tema promovida pelo Departamento de Educação Especial, a convite do Departamento de Educação do Campo nos espaços de formação continuada desenvolvidas com professores das escolas do campo o que mostra a existência de algumas ações articuladas que indicam diálogos importantes para a concretização da interface entre as áreas.

No que concerne à formação das duas professoras que atuavam nas salas de recursos multifuncionais, em 2012, uma tinha magistério, cursava Pedagogia e possuía vários cursos de aperfeiçoamento, atualização e experiências com alunos com deficiência. A segunda professora tinha o curso de Pedagogia, e ambas, eram convocadas a participar mensalmente da formação



12 a 14
DE NOVEMBRO
2015

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

continuada ofertada pelo departamento de educação especial aos professores do atendimento educacional especializado realizados em escolas urbanas.

Nesse contexto, é necessário refletir sobre a construção de propostas de formação continuada diferentes ou não da formação do professor das escolas urbanas. A especificidade do ensino para alunos público-alvo da educação especial que estudam no campo requer essa diferenciação? Compreende-se que tanto os professores do ensino comum como os professores do aee precisam participar de formações continuadas e não eventuais, na área da educação inclusiva e educação especial, que lhe permita escolarizar os seus alunos com qualidade.

Sobre as práticas pedagógicas inclusivas nas escolas do campo, de acordo com

Segundo a Gestora EC nas escolas, não existem materiais acessíveis e materiais didáticos adaptados para os alunos da Educação Especial. São os professores do ensino comum, que por iniciativa própria desenvolvem maneiras de orientar as aprendizagens de seus alunos com deficiência. Referente ao acesso ao currículo, a gestora EC informou que os alunos com deficiência do campo vivenciam um processo de escolarização na qual tem acesso apenas de forma parcial ao currículo do ensino comum.

Conclui-se que a oferta da Educação Especial em escolas do campo nos distritos rurais de Marabá, PA, ela ocorre, mas ainda de forma restrita. Há a interface entre a educação do campo e educação especial na legislação e diretrizes educacionais, que precisam se efetivar na realidade ainda marcada por poucas iniciativas de diálogos entre essas duas áreas. No caso de Marabá apresenta a perspectiva de desenvolvimento de ações específicas pelas gestoras, a fim de garantir a efetividade de direitos a todos os alunos com deficiência matriculados nas escolas do campo.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível realizar um primeiro levantamento sobre como se organiza e se desenvolve a educação especial em escolas do campo, com base em informações da Secretaria Municipal de Educação de Marabá, PA.

Avalia-se que a materialização da política de educação inclusiva, tem se estendido às escolas do campo de forma tímida, sem atender com a qualidade esperada todos os alunos público-alvo da educação especial. Compreende-se que a consolidação de ações políticas articuladas da educação especial e educação do campo, possam contribuir com a transformação e superação das problemáticas enfrentadas pelo aluno com deficiência que mora e estuda no campo, no processo de escolarização. Persiste ainda uma condição muito precária na formação escolar dos alunos do campo.

Reforça-se a necessidade de se requerer uma educação especial do campo, que atenda as especificidades dos alunos, e que contribua com uma formação humana e emancipadora. A garantia da matrícula, a adaptação e acessibilidade na escola, em transporte, a oferta dos serviços especializados, formação de professores na área da educação especial, não será suficiente, para garantir a inclusão efetiva desses alunos.

Dada à escassez de estudos que enfocam a interface da educação e educação especial, é salutar o desenvolvimento de pesquisas que analisem a dinâmica da prática pedagógica dos professores que trabalham com alunos público-alvo da educação especial, as condições das escolas que os recebem, as matrículas do censo escolar e o confronto com os dados informados pelas secretarias de educação que tem revelado discrepâncias que precisam ser analisadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 32, 9 abr. 2002.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

_____. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008b.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

_____. Dados Estatísticos e Indicadores Sociais. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** 2010; 2011; 2012.

CAIADO, Kátia. Regina Moreno; MELETTI, Sílvia. Márcia Ferreira. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 93-104, 2011.

CAIADO, K. R. M; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Educação Especial em escolas do campo: análise de um município do estado de São Paulo. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 13, n. 50, 2013, p. 179-193.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R. CALDART, R. S. (Org.) **Educação do Campo: Identidades e políticas públicas.** Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4. Brasília, DF, 2002.

MARCOCCIA, P. C. P. Interface da educação especial com a educação do campo: a (in) visibilidade dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas do campo. In: **Anais...** da 33ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu-MG, 2010.

HAGE, Salomão. A realidade das escolas multisseriadas frente às conquistas na legislação nacional. In: **Anais...** da 29ª reunião anual da ANPED. Caxambu-MG, 2006.

FREIRE, Jaqueline Cunha da Serra. Currículo e Docência em Classes Multisseriadas na Amazônia Paraense: O projeto escola ativa em foco. In: **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará / Salomão Mufarrej Hage (Org.).** - Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, 2005.

MEIRIEU, Philippe. **A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de recomeçar.** Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PEREIRA, Ana Claudia da Silva. Lições da educação do campo: Um enfoque nas classes multisseriadas. In: **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade**

An aerial photograph showing a wide river flowing through a landscape. On the left bank, there is a densely populated town with many small buildings. The right bank is mostly green, with some structures and a road visible. The sky is clear and blue.

12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

das escolas multisseriadas no Pará / Salomão Mufarrej Hage (Org.). - Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, 2005.